

CRENÇA E LÓGICA: CONCEITOS INCONCILIÁVEIS?

Jan Duarte

Crença e Lógica. Serão estes dois conceitos, por princípio, antagônicos e inconciliáveis? Note-se logo que a palavra aqui utilizada não é “fé”, mas sim “crença”, posto que a fé, por definição, não pressupõe uma base lógica sobre a qual ela se assente ou, pelo menos, não exige a existência dessa base, ou ainda parte de motivos essencialmente de foro íntimo para estabelecê-la. Refiro-me aqui à crença, e defino crença como algo em que somos levados a acreditar por motivos que nos pareçam válidos, por serem, sobretudo, sustentados por argumentos que nos pareçam verdadeiros.

A distinção que acho necessário fazer, antes de qualquer outra consideração, é uma questão de origem. Enquanto a fé é endógena, surge a partir de motivações internas, a crença é exógena, parte de pressupostos que nos falam à razão mais do que aos sentidos. A primeira é visceral e a segunda é optativa, embora muitas vezes elas estejam tão interligadas, ou sirvam mutuamente de reforço, que suas fronteiras sejam bastante fluidas.

Reservando, portanto, à fé o espaço que a ela pertence, onde a incoerência é permitida, vamos nos deter na crença. Se acreditamos naquilo que supomos ser verdade, podemos supor que essa crença passou realmente pelo crivo da razão, e que não fomos levados a crer em algo que nos foi imposto? Ao formarmos nossa coletânea habitual de crenças, somos tão conscientes quanto nos demais assuntos cotidianos, que talvez afetem nossa vida de forma mais direta, como decidir sobre um financiamento, a compra de um determinado bem, a carreira a seguir, a escola onde matricular os filhos?

Eu diria que, na maioria das vezes, não. Tendemos a ser conscienciosos na materialidade e nem tanto na imaterialidade, o que acaba refletindo um certo “escapismo”, uma necessidade de compensação da lógica do dia-a-dia pela adoção de uma “ilógica”, que preencha as lacunas deixadas pela primeira. No entanto, tanto a lógica do dia-a-dia quanto a ilógica compensatória são, a priori, formas de escravidão.

Vamos, portanto, analisar o universo das crenças em justaposição ao universo da lógica. Até que ponto conhecemos o substrato por trás dos argumentos que nos são apresentados, que nos parecem lógicos e, assim, nos levam a crer?

Um dos argumentos mais citados, e mais convincentes, no universo das crenças, é o argumento da experiência própria, ou seja: “tal coisa é verdade porque eu mesmo a vivenciei”. A citação de uma experiência pessoal é sempre significativa, mas parte da presunção de idoneidade do nosso interlocutor. Mesmo que possamos afirmar essa idoneidade, é ilógico sustentar, por exemplo, que “existem fantasmas”, porque alguém (ou nós mesmos) “já viu um fantasma”. Que alguém tenha visto “alguma coisa” é aceitável, mas se essa “alguma coisa” já é definida, a priori, como “um fantasma”, estamos partindo do princípio que fantasmas existem para afirmar que... eles existem.

Tão utilizada quanto a experiência própria para justificar as crenças, ou para nos fazer acreditar em alguma coisa, é o argumento sempre presente de que “tal coisa é verdade porque funciona”. Digamos que uma pessoa que está com uma dor de cabeça bastante incômoda deite-se e coloque uma pirâmide sobre a testa. Depois de algum tempo, a dor passa. A conclusão lógica a se chegar é que pirâmides sobre a testa são eficazes contra a dor de cabeça? Obviamente não: dores de cabeça passam depois de algum tempo, por conta própria, a não ser que reflitam alguma patologia mais séria. O que se está pretendendo, nesse caso, é criar uma relação de causa e efeito entre dois fatos que ocorreram em sucessão, sem levar em consideração se existe realmente algum fator que poderia relacioná-los.

É muito comum tais argumentos tendenciosos (portanto ilógicos) serem usados para justificar crenças, por estarem associados a fenômenos que, pela sua própria natureza, apresentam oscilações de intensidade: pulseiras “magnéticas”, por exemplo, que serviriam para aliviar a dor nas costas. Basta que o início do uso da pulseira coincida com uma fase de melhora na dor (o que pode ser causado por inúmeros motivos) e cria-se uma “certeza” de que o método funciona, o que acaba, por sua vez, se tornando uma “experiência pessoal”, a qual é passada adiante.

O que a maioria das pessoas deixa de levar em consideração, nessa falácia extremamente comum (criar uma relação causal entre fatos não relacionados que ocorrem em sucessão), é que ela perde toda a lógica se for submetida à prova do absurdo. Por exemplo: ocorre um eclipse e os nativos de uma certa ilha no Pacífico imediatamente começam a tocar os seus tambores, para que “o monstro que engoliu o sol” o devolva. O eclipse termina depois de alguns minutos. Logo, é necessário concluir que o sol realmente havia sido engolido por um monstro e que o toque dos tambores foi efetivo para que ele o vomitasse. Absurdo? Tanto quanto a pirâmide na testa, ou a pulseira magnética.

Nos detendo ainda nos argumentos que, geralmente, são usados de boa-fé e que parecem lógicos (mas não são), existem dois casos aparentados bastante comuns. Um deles é argumentar que determinada coisa é verdade porque ninguém conseguiu provar o contrário. O outro, que determinada coisa tem que ser assim porque não se consegue imaginar outra explicação. Um mestre nesse tipo de argumentação é o escritor Erich Von Daniken. Seus argumentos para sustentar que a Terra foi visitada no passado por astronautas alienígenas podem ser resumidos em: “como ninguém provou que alienígenas não visitaram a Terra no passado, eles visitaram. Como eu não consigo achar nenhuma explicação melhor para a construção das pirâmides do Egito, foram os alienígenas que as construíram”.

Existem inúmeras alegações dessa monta, em especial no âmbito das crenças religiosas. Frases que ouvimos de forma corriqueira, tais como “um universo tão perfeito *só pode ser* obra de uma inteligência superior”. No campo da lógica, no entanto, a falta de prova em contrário não valida afirmação alguma, da mesma maneira que o argumento da ignorância não torna a única explicação disponível verdadeira.

Mais do que pequenos deslizos na lógica argumentativa, no entanto, são os argumentos que, somados a tendências psicológicas comuns ao ser humano, podem tornar válidos, ou críveis, teorias ou pretensas “capacidades” de algumas pessoas, nem sempre bem intencionadas. Falsos-gurus e profetas, criadores de seitas, adivinhos, etc., empregam largamente táticas de argumentação e convencimento que parecem lógicas, quando na verdade não são.

É comum ouvirmos falar que “determinado fenômeno não acontece devido a presença de *peessoas cétricas* no ambiente”, ou ouvirmos a alegação de que “o mapa astral de fulano não corresponde exatamente à sua personalidade devido a influências *desconhecidas* que suplantam aquelas dos planetas dominantes”. São argumentações *ad hoc*, que soam como meras desculpas, não possuem nenhuma validação lógica, mas que não podem, evidentemente, ser refutadas – portanto *parecem* válidas.

Esse tipo de argumentação surge com maior sutileza no discurso dos videntes ou dos que procuram validar “profecias”: toma-se um texto convenientemente hermético e, a luz de fatos ocorridos bem depois desse texto ter sido escrito, encontram-se “interpretações” convenientes. Esse é o caso, por exemplo, das profecias de Nostradamus, nas quais podemos encontrar a “previsão” de qualquer acontecimento - desde a 2ª Guerra Mundial até um calo que tenha surgido em nosso polegar. Basta que o

fato em questão *já tenha acontecido* e que seja possível encontrar algum texto anterior a ele que possua alguma semelhança com o acontecimento.

Diversos escritores de livros místicos e esotéricos utilizam-se constantemente de alguns recursos de reforço de suas idéias que fogem bastante dos caminhos da lógica. Utilização seletiva de evidências, quando se leva em conta apenas aquilo que poderia apoiar uma tese e se ignora o que poderia derrubá-la, é bastante usual. Também é comum a interpretação de fatos, relatos e eventos de acordo com aquilo que tais escritores gostariam que fosse real, e não de acordo com as evidências reais, como foi, por exemplo, o caso de Leland e Gardner¹ em relação a bruxaria. O apelo à autoridade é um recurso dos mais comuns, e temos visto em diversas obras desse tipo citações de Einstein sobre deus e a religião. Bem, sem dúvida Einstein foi uma das mais brilhantes mentes de todos os tempos, mas ele era um físico, não um teólogo! Embora seja indiscutível que sua opinião sobre os ramos da ciência que ele dominava precise ser levada em conta, o mesmo não se dá quando essa opinião era sobre um assunto que absolutamente não era a sua área de especialização... Tenho praticamente certeza que as pessoas que recorrem a Einstein para validar suas opiniões religiosas não consultam um agrônomo ou um arquiteto quando estão doentes.

Existem tendências psicológicas amplamente estudadas que têm sido utilizadas para fins de convencimento, de forma consciente ou não, por adivinhos, videntes, e por pessoas que desejam acreditar na eficácia factual de oráculos. Uma dessas tendências, chamada “validação subjetiva”, leva uma pessoa a reconhecer numa descrição geral a própria personalidade, ou acontecimentos que tenham relação consigo mesma.

Numa experiência bastante reveladora dessa tendência, o psicólogo B. R. Forer aplicou um teste de personalidade em um grande número de estudantes. Em seguida descartou completamente as respostas de cada um nesse teste e, então, apresentou aos estudantes, separadamente, uma única “descrição de personalidade”, inventada por ele, que continha uma série de afirmações genéricas. Pediu aos estudantes que eles a classificassem, numa escala de 0 a 5, como correta ou não. A média das respostas foi 4,2!... Vale dizer que essa tendência é reforçada pela coincidência, ou seja: se naquele texto aleatório que nos é apresentado existir de fato alguma coisa que seja um traço marcante de nossa personalidade, ou um acontecimento que realmente tenha a ver com nossas vivências, tenderemos a tomar todo o resto como coerente.

Consciente ou inconscientemente, como dissemos, esse comportamento inato tem sido empregado por astrólogos, tarólogos, numerólogos, etc., na elaboração de suas

“previsões”. A partir de dados extraídos do próprio consulente – através de uma observação acurada ou por meio de perguntas e sugestões habilmente colocadas – mistura-se um comentário relativamente correto sobre a pessoa com dados genéricos o suficiente para adequarem-se à *qualquer pessoa*. Dessa maneira, o adivinho apresenta um “perfil” no qual o consulente tende a se reconhecer, abrindo assim o caminho para tudo o mais que seja dito a seguir. Futuras “previsões” que se cumpram - por coincidência ou por serem genéricas o suficiente para se cumprirem dentro de dias ou meses - vêm a reforçar a crença nos poderes do vidente. Caso nada do que foi dito se confirme, sempre pode ser alegada alguma “influência externa” que impediu a concretização.

De qualquer maneira, sempre se pode escolher ignorar a lógica e acumular um acervo de crenças infundadas, ou fundamentadas apenas na subjetividade pessoal, que se auto-justifica. Creio que se pode dizer mesmo que a maior parte das pessoas não submete ao crivo da lógica as informações que recebe e recepciona como crença. No entanto, esta é também uma tendência humana reconhecida, já que é psicologicamente desconfortável sustentar convicções contraditórias. Isso faz a pessoa tender a acomodar-se à opinião do grupo, ou ainda tomar como verdade aquilo que é afirmado por um grande número de pessoas. Qualificar de céticos, com uma conotação pejorativa, aqueles que não se acomodam à opinião da maioria, é a reação compreensível dos que sentem abaladas as suas crenças pelo confronto direto com argumentos lógicos ou pela carência dessa lógica na sua própria argumentação.

No entanto, crenças infundadas ou dificilmente sustentáveis aproximam-se perigosamente da fé. Esta, no entanto, se auto-fundamenta na doutrina e possui o seu próprio papel social e psicológico, que não pode ser suprido pela crença impingida ou justificada de forma tortuosa. Quando o indígena de nosso exemplo toca o seu tambor para que o monstro regurgite o sol e o eclipse termine, essa prática ritual está inserida num contexto cultural que reflete não apenas suas crenças, mas sua fé. Transplantar essas crenças para o nosso contexto cria apenas uma inadequação, algo que não suprirá nossas necessidades espirituais e culturais distintas e resultará, por fim, decepcionante. Não será crença, por não ser baseada nos preceitos lógicos do que podemos considerar verdade, e não será fé, por não estar fundamentada nos nossos anseios espirituais. Ao afastarmos a crença da lógica, tornando-as conceitos inconciliáveis, estamos nos arriscando a transformar o nosso imaginário pessoal numa forma particular de

escravatura, que nos deixará perpetuamente a mercê do que não conseguiremos sustentar.

Crença e Lógica: uma conclusão

Uma vez examinadas as formas mais comuns de se fundamentar crenças ilógicas a partir de argumentos aparentemente lógicos, podemos dedicar algum espaço para examinar as implicações desse fenômeno em nossa sociedade.

Se lançarmos um olhar para a história, veremos que o ser humano tende a criar utopias. Esse termo, que afinal significa “lugar nenhum”, foi cunhado pelo livro homônimo de Sir Thomas More, escrito no princípio da Idade Moderna, e vem sendo aplicado, de forma até um certo ponto anacrônica, para obras que lhe antecederam, como a *República* de Platão. Em resumo, as diversas utopias se referem a um lugar, a um modo de vida ou a um sistema de governo que seria “ideal”.

Deve-se notar, no entanto, que uma coisa só pode ser definida como “ideal” ou mesmo “perfeita” em contraste com outra, que seria, portanto, o imperfeito momento ou sistema atual. Platão escreveu a *República* como reação ao sistema ateniense, que condenara à morte seu mentor Sócrates. More escreveu a “Utopia” como uma resposta aos governos europeus seus contemporâneos, e mesmo com um certo saudosismo das instituições e valores do final da Idade Média.

Tanto no nome escolhido por More para sua ilha quanto na aproximação platônica do mundo das idéias, e nos sistemas hipotéticos descritos por ambos, podemos imediatamente destacar duas características: as utopias não pretendem ser reais, elas pertencem ao plano da idéia pura e mesmo inatingível por definição. Além disso, elas se estruturam sobre a opinião pessoal dos seus criadores, a partir dos seus próprios conceitos e valores, que não necessariamente são válidos para todos ou para todas as épocas. Um “governo perfeito” que incite à traição e à escravização dos inimigos, ou que faça uma nítida segregação das mulheres, ou que divida a sociedade em castas, dificilmente seria considerado “perfeito” por todos, na época ou hoje em dia.

Fiz essa longa digressão para traçar um paralelo entre essas utopias e uma série de crenças ilógicas que se tornaram cada vez mais comuns enquanto avançava a chamada “idade da razão”, a partir de fins do século XIX. Que motivos levam pessoas

comumente racionais e equilibradas a acreditar nas alegações de alguém que se diz emissário de um ser da Atlântida², ou de alguém que diz que a humanidade foi criada há 25 mil anos atrás por alienígenas³, ou ainda de alguém que alega ser capaz de curar cataratas com um copo de água e cuspe⁴? Eu diria que é a mesma necessidade premente que, manifestando-se nos literatos e pensadores, nos deu as várias utopias: um profundo descontentamento com o tempo presente, ou uma enorme inadequação.

Talvez seja natural ao ser humano “querer mudar o mundo”. Essa mudança não precisa obedecer aos critérios do senso-comum, ou ao menos fazer qualquer sentido, a não ser para quem a idealiza. É uma mudança, antes de qualquer coisa, interna, operada na forma de cada um perceber e interpretar as mensagens do seu inconsciente. A partir de um sentimento de inadequação perante a realidade (ou pelo menos aquilo que se toma comumente por tal), opera-se uma sutil transformação no próprio indivíduo, que faz com que a sua visão da realidade se altere para se adequar aos parâmetros que, inconscientemente, ele julga mais suportáveis. Quanto mais particulares forem essas inadequações, mais restritas serão essas crenças pessoais. Quanto mais abrangentes, mais pessoas tenderão a acreditar.

É possível afirmar com segurança que a imensa maioria das pessoas acredita em algum tipo de força superior, divindade ou manifestação de uma inteligência suprema. Já nem tantos acreditam em algum tipo de vida após a morte, ou na reencarnação, embora estes sejam ainda muitos milhões. Comparativamente a estes grandes grupos, relativamente poucas pessoas tendem a acreditar seriamente em fenômenos psíquicos, oráculos, ou que um avatar da Lemúria possa se materializar na cozinha de uma vidente nos Estados Unidos. Ao contrário dos primeiros exemplos, que são representativos de anseios básicos da humanidade, ligados a uma necessidade intrínseca de conhecer as próprias origens, nossos últimos exemplos desenvolvem-se num nível muito mais pessoal: a crença neles reflete uma necessidade específica - cultural ou psicológica - e é uma forma de criação de utopias, de fuga de uma realidade presente que não parece satisfatória.

Voltando a nos aproximar das concepções de Platão, este sustentava a existência de um mundo das idéias - valores completos em si e inatingíveis, tais como a justiça - em relação ao qual o mundo cognoscível poderia se espelhar, através da *epistheme*, o conhecimento. As pessoas que dão início a uma nova seita, ou criam uma nova forma de terapia alternativa, não são, necessariamente, mitomaníacos, psicóticos ou espertalhões. Provavelmente uma boa parte deles acredita sinceramente naquilo que preconiza, tendo

criado um sistema que vai de encontro às suas necessidades. Da mesma maneira, nem todos os seus seguidores e adeptos são iludidos e simplórios: simplesmente são pessoas cujas necessidades são semelhantes às daquele que seguem. “Mestres” e adeptos compartilham um mesmo mundo ideal, em cujos conceitos buscam espelhar sua realidade, e compartilham igualmente os conhecimentos específicos para isso. Uma vez que o ideal não é o real, aquilo que é colocado nesse plano não é passível de racionalização.

Talvez, partindo desse princípio, estejamos nos aproximando da resposta da nossa pergunta. O porquê de um universo de crenças tão multifacetado e tantas vezes marcadamente ilógico, talvez resida justamente na uniformização e no excesso de racionalismo da sociedade ocidental. Num mundo globalizado, regido por valores eminentemente cristãos e certamente tradicionais, onde o fluxo de renovação esboçado em fins da década de 1960 foi (in)convenientemente contido, aferrar-se a uma religiosidade alternativa, mesmo que de origem duvidosa ou francamente inventada, é uma forma de escapar dos padrões. Tratar-se com uma técnica alternativa, por mais disparatada que esta seja, não deixa de ser uma maneira de negar o excesso de racionalismo e a frieza da medicina convencional; e, num panorama onde uma alta porcentagem das enfermidades são de origem psicossomática, fruto do stress característico da vida nas grandes cidades, tais técnicas acabam se validando pelo seu efeito placebo. Acreditar em teorias estapafúrdias que negam ou ignoram os progressos da ciência atual são, de uma forma ou de outra, uma reação natural a um academicismo crescente e a noções científicas tão abstratas que escapam à compreensão da imensa maioria dos leigos.

A aparente falta de lógica das crenças, ou a adoção de uma lógica tortuosa que tenta justificá-las, não é simplesmente resultado de ignorância dos princípios básicos desse ramo da ciência. É igualmente o grito de revolta (ou de puro desespero) de incontáveis pessoas que não conseguem mais conviver com o cotidiano da civilização ocidental. Embora o alerta que fizemos busque tornar o leitor mais crítico - ou mesmo mais cético - ele não quer torná-lo necessariamente menos crédulo. Há de se levar em consideração que a ausência de mitos, a ausência de diversidade e, em última instância, de individualidade, é um dos maiores males que afligem a nossa sociedade. Porém, fechar os olhos do raciocínio e entregar-se a qualquer panacéia, a qualquer utopia que torne a vida mais suportável, não fará do ocidental, habitante da cidade, uma pessoa mais profunda, espiritualizada ou senhora dos seus atos. As utopias simplesmente

negam o presente e refugiam-se num passado que pode ser ilusório ou fantasioso, e que somente é perfeito para aquele que o cria. Negar aquilo que o ocidente e os últimos séculos nos trouxeram, adentrando por um universo pseudo-místico que somente se sustenta em mentes delirantes, que somente pode existir como negação, e nunca como construção, não trará nenhuma solução razoável. Ao contrário, apenas um grau maior de seletividade, um grau maior de questionamento e uma verdadeira disposição de transformar valores poderá fazê-lo. A solução para a crise do ocidente não reside na adoção de uma metafísica paranóica e escapista, mas no equilíbrio entre crença e lógica.

Notas:

¹ Charles Leland, no seu livro *Aradia: o evangelho das bruxas* (1889), e Gerald Gardner, em *Bruxaria Hoje* (1954) e outras obras, descreveram a sobrevivência de uma Antiga Religião da bruxaria em tempos modernos, partindo de suas próprias convicções a respeito do assunto, e não de evidências reais.

² Trata-se do caso de J. Z. Knight, vidente norte-americana que afirma canalizar a entidade Ramtha e possui inúmeros seguidores.

³ É o caso dos seguidores de Claude Vorilhon, francês que se autodenomina Raël, fundador de um culto-OVNI.

⁴ Como preconizado por Deepak Chopra em sua Medicina Ayurvédica.